

SANDRO CARVALHO LOBATO DE CARVALHO

**QUESTÕES PRÁTICAS SOBRE O
ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL**



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procurador Geral de Justiça



São Luís

2021

Copyright 2021 by Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão

Coordenação

Karla Adriana Holanda Farias Vieira
Promotora de Justiça
Diretora da ESMP/MA

Revisão

Claunísio Amorim Carvalho
Maria Alaíde Natali

Diagramação e arte da capa

Renê da Silva Caldas

Impressão

Facilita Gráfica Digital Ltda

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão

Sede

Av. Prof. Carlos Cunha n.º 3261, Calhau
São Luís-MA.CEP: 65076-820
Fones: (98) 3219-1600 / (98) 3219-1624
Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

*Centro Cultural e Administrativo do
Ministério Público do Maranhão*

Rua Osvaldo Cruz,1396 - Centro
São Luís-MA CEP: 65020-910
Fones: (98) 3219-1804 / (98) 3219-1998
Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

As opiniões expressas nesta obra são de exclusiva responsabilidade do autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da ESMP/MA)

Carvalho, Sandro Carvalho Lobato de
Questões práticas sobre o acordo de não persecução
penal / Sandro Carvalho Lobato de Carvalho. – São Luís:
Procuradoria Geral de Justiça. 2021.

230 p.

ISBN 978-65-87765-05-1

1. Persecução penal. 2. Processo penal. I. Título.

CDU 343.1

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	19
II. PERGUNTAS E RESPOSTAS	20
1. O que é o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)?.....	20
2. Qual a origem do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)? Onde está previsto o ANPP?	21
3. O art. 18 da Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, que instituiu o ANPP, ainda está em vigor?.....	22
4. Qual a natureza jurídica do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)?	23
5. Qual o objetivo do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)?	24
6. Quais os pressupostos legais para o Acordo de Não Persecução Penal?	25
7. Para o Acordo de Não Persecução Penal é necessária a existência de um procedimento investigatório?	25
8. O ANPP poderá ser oferecido se for caso de arquivamento da investigação?	26
9. Cabe Acordo de Não Persecução Penal nas infrações penais praticadas com violência ou grave ameaça?.....	27
10. A violência ou grave ameaça na prática da infração penal que impede o ANPP é a contra a pessoa?.....	27
11. Cabe ANPP em relação às contravenções penais?	28
12. Cabe ANPP em crime culposo com resultado violento?	29
13. Cabe Acordo de Não Persecução Penal nas infrações penais com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos?	31

14. Para aferição da pena mínima cominada ao delito, devem ser consideradas as causas de aumento e de diminuição aplicáveis ao caso concreto?.....31
15. Somente será possível a proposta de Acordo de Não Persecução Penal se o investigado voluntariamente confessar formal e circunstanciadamente a prática da infração penal? 34
16. A confissão exigida para o ANPP ofende o direito constitucional ao silêncio?.....39
17. Existindo dúvidas sobre a integridade mental do investigado, poderá ser oferecido o Acordo de Não Persecução Penal?40
18. Se o investigado não tiver confessado a prática da infração penal no inquérito policial, necessariamente estará inviabilizada a proposta de Acordo de Não Persecução Penal?.....42
19. A confissão exigida para o Acordo de Não Persecução Penal serve para formar a *opinio delict* do Ministério Público?45
20. A confissão exigida para o Acordo de Não Persecução Penal significa reconhecimento expresso de culpa do investigado?46
21. A confissão exigida para o Acordo de Não Persecução Penal pode ser usada no processo criminal, caso descumprido o ANPP?...47
22. E se o Acordo de Não Persecução Penal não for homologado pelo Juízo, pode a confissão ser usada no processo criminal? 50
23. Qual o momento oportuno para o membro do Ministério Público avaliar se o caso permite ou não ANPP?.....50
24. Qual o momento oportuno para o membro do Ministério Público oferecer o ANPP?51
25. Cabe acordo de não persecução penal nos processos com denúncia recebida antes da entrada em vigor da Lei nº 13.964/2019? 54
26. O que é o acordo de não continuidade da persecução penal (ou de não prosseguimento da persecução penal)?.....67

27. Nos processos com denúncia já recebida antes da entrada em vigor da Lei nº 13.964/2019, até que fase processual pode ser firmado o Acordo de Não Persecução Penal (ou de não continuidade da persecução penal)?	68
28. A quem compete oferecer o ANPP?	78
29. O juiz pode oferecer o ANPP?	78
30. O Acordo de Não Persecução Penal é direito subjetivo do investigado?.....	80
31. Presentes os pressupostos do Acordo de Não Persecução Penal, o Ministério Público pode negar seu oferecimento se verificar que o ANPP não é necessário e suficiente para a reprovação e prevenção da infração penal?	87
32. Cabe Acordo de Não Persecução Penal na hipótese de crimes hediondos ou equiparados?	92
33. Cabe Acordo de Não Persecução Penal na hipótese de tráfico privilegiado?.....	96
34. Cabe Acordo de Não Persecução Penal em crimes de racismo?	98
35. Cabe Acordo de Não Persecução Penal em crimes contra a Administração Pública? E nos crimes da Lei de Licitação? E nos crimes do Decreto-Lei nº 201/1967?	100
36. Cabe Acordo de Não Persecução Penal em crimes ambientais?....	102
37. Cabe Acordo de Não Persecução Penal em crimes eleitorais?.....	103
38. Cabe Acordo de Não Persecução Penal em crimes militares?	104
39. Cabe Acordo de Não Persecução Penal em crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade?	109
40. Cabe Acordo de Não Persecução Penal em crimes de competência originária dos Tribunais?.....	111

41. Cabe Acordo de Não Persecução Penal se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais? 112
42. Cabe Acordo de Não Persecução Penal se for cabível a suspensão condicional do processo?.....113
43. Cabe Acordo de Não Persecução Penal se for o investigado reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional?.....114
44. Cabe Acordo de Não Persecução Penal se o investigado tiver sido beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo?118
45. Cabe Acordo de Não Persecução Penal nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou nos praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino?.....119
46. Cabe Acordo de Não Persecução Penal quando for cabível acordo de colaboração premiada? 122
47. Há imposição de sanção penal no Acordo de Não Persecução Penal? 124
48. Quais são as condições do Acordo de Não Persecução Penal? 125
49. Como condição do Acordo de Não Persecução Penal o investigado deve reparar o dano ou restituir a coisa à vítima?..... 126
50. No que consiste a condição do ANPP em o investigado renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime?..... 128
51. Pode ser prevista como condição do ANPP a prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas? 129
52. Prevista como condição do ANPP a prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, é o Ministério Público quem indica o local de cumprimento para o investigado? 130

53. Pode ser prevista como condição do ANPP o pagamento de prestação pecuniária? 131
54. Para onde pode ser destinada a prestação pecuniária acordada no ANPP? É o Ministério Público que indica o destino da prestação pecuniária?..... 132
55. O Ministério Público pode ajustar no ANPP outra condição que não as previstas nos incisos I a IV do art. 28-A, do CPP? 133
56. As condições uma vez aceitas e o ANPP homologado podem ser objeto de alteração (novação)? 135
57. Como deve ser formalizado o Acordo de Não Persecução Penal?. 136
58. É imprescindível o advogado/defensor para a formalização do Acordo de Não Persecução Penal?..... 138
59. Onde deve ser celebrado o Acordo de Não Persecução Penal?..... 141
60. O Acordo de Não Persecução Penal deve ser homologado judicialmente? 142
61. Qual é o Juiz competente para a homologação do Acordo de Não Persecução Penal?..... 142
62. É necessária audiência para a homologação do Acordo de Não Persecução Penal? 144
63. É necessária a presença do Ministério Público na audiência para a homologação do Acordo de Não Persecução Penal?..... 147
64. É possível a celebração de Acordo de Não Persecução Penal na audiência de custódia?..... 150
65. Na audiência para a homologação do Acordo de Não Persecução Penal quais decisões o juiz pode tomar? 157
66. Na audiência para a homologação do Acordo de Não Persecução Penal o que deve fazer o juiz se considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo?..... 157

67. Caso o juiz, com a concordância do investigado e de seu defensor, devolva os autos ao Ministério Público por ter considerado inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo, o que o Ministério Público pode fazer?..... 160
68. Em quais hipóteses o juiz pode recusar homologar o ANPP? Recusando o acordo, quais as providências deve tomar?..... 161
69. Foi acertada a decisão do legislador de prever o cabimento de recurso em sentido estrito quando o juiz recusa homologar o ANPP contra a vontade do MP e do investigado?..... 162
70. Não homologado o ANPP, como fica a confissão realizada? E os instrumentos e/ou produtos e proveitos do crime que foram objeto de ajuste? 164
71. Quais os efeitos da homologação judicial do ANPP? 166
72. Qual órgão é o responsável pela fiscalização do ANPP? 168
73. Quais documentos devem ser remetidos ao Juízo da Execução Penal para execução/fiscalização do ANPP?..... 169
74. E os autos da investigação criminal, como ficam em caso de homologação do ANPP?..... 172
75. Corre o prazo prescricional durante o tempo de cumprimento do ANPP?..... 173
76. A celebração do ANPP constará na certidão de antecedentes criminais do investigado?..... 174
77. No caso de cumprimento do ANPP, qual a consequência? 174
78. Qual o Juízo competente para declarar extinta a punibilidade do ANPP em caso de cumprimento integral do acordo? E para rescindir o ANPP em caso de descumprimento?..... 174
79. Qual providência o Juízo da Execução deve tomar ao receber o ANPP para a execução?..... 179

80. Descumprido o ANPP, o Ministério Público, ao oferecer denúncia, pode deixar de oferecer a suspensão condicional do processo?	179
81. Descumprido o ANPP e rescindido judicialmente o acordo, como ficam as parcelas que já foram pagas da prestação pecuniária parcelada?	181
82. Descumprido o ANPP e rescindido judicialmente o acordo, pode haver detração das condições parcialmente cumpridas na pena a ser imposta em eventual sentença condenatória?	182
83. Ao deixar de oferecer o ANPP, como o Ministério Público deve agir?	183
84. E, em caso de não oferecimento do acordo pelo Ministério Público, como pode agir o investigado?	186
85. Pode ser ajuizada ação penal privada subsidiária da pública quando o Ministério Público oferecer ao investigado o Acordo de Não Persecução Penal?	194
86. Cabe ANPP nos crimes de ação penal privada?	195
87. No caso de sentença desclassificatória, ainda caberia ANPP?	197
88. Nas hipóteses de <i>emendatio libelli</i> ou de <i>mutatio libelli</i> , caberia ANPP?	198
89. No caso de concurso de pessoas, como proceder em relação ao ANPP?	200
90. No caso de concurso de crimes, em que a um, objetivamente, cabe o ANPP, e o outro é, por exemplo, perpetrado com violência ou grave ameaça, como proceder em relação ao ANPP?	201
III. CONCLUSÕES	201
REFERÊNCIAS	203
ANEXOS	209

Tabela de crimes previstos no código penal com possibilidade de Acordo de Não Persecução Penal – ANPP (em vista da pena mínima cominada).....	209
Tabela de crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) com possibilidade de Acordo de Não Persecução Penal – ANPP (em vista da pena mínima cominada)	220
Tabela de crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) com possibilidade de Acordo de Não Persecução Penal – ANPP (em vista da pena mínima cominada)	221
Tabela de crimes previstos na Lei nº 13.869/2019 (Abuso de Autoridade) com possibilidade de Acordo de Não Persecução Penal – ANPP (em vista da pena mínima cominada).....	223
Tabela de crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) com possibilidade de Acordo de Não Persecução Penal – ANPP (em vista da pena mínima cominada).....	224
Tabela de crimes previstos na Lei nº 9.605/1998 (Crimes Ambientais) com possibilidade de Acordo de Não Persecução Penal Penal – ANPP (em vista da pena mínima cominada)	225
Tabela de crimes previstos na Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações) com possibilidade de Acordo de Não Persecução Penal Penal – ANPP (em vista da pena mínima cominada)	227
Tabela de crimes previstos na Lei nº 8.137/1990 (Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo) com possibilidade de Acordo de Não Persecução Penal Penal – ANPP (em vista da pena mínima cominada).....	228